

20
24

PATRICIA
NOVAIS
CALMON

DIREITO DE FAMÍLIA INTERNACIONAL

 EDITORA
FOCO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C164d Calmon, Patricia Novais

Direito de família internacional / Patricia Novais Calmon. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.

376 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-65-5515-902-8

1. Direito. 2. Direito de família. I. Título.

2023-2101

CDD 342.16 CDU 347.61

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito familiar 342.16
2. Direito familiar 347.61

SUMÁRIO

TABELA DE ABREVIATURAS.....	VII
PREFÁCIO – ROLF MADALENO	IX
APRESENTAÇÃO – ANTÔNIO JOSÉ FIALHO	XI

PARTE I

A FAMÍLIA NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. O DIREITO DE FAMÍLIA INTERNACIONAL	3
1.1 O direito de família e o direito internacional privado	3
1.2 As famílias transnacionais	5
1.3 O direito internacional privado e seus elementos de conexão	8
1.4 A tríplice análise de conflitos com caráter transfronteiriço	11
1.5 A aplicação da lei estrangeira pelos juízes brasileiros.....	12
1.5.1 A obrigatoriedade na aplicação da lei estrangeira: é um direito, não um fato	12
1.5.2 A prova do direito estrangeiro	13
1.5.3 A real impossibilidade de descoberta do teor da lei estrangeira	16
1.5.4 A interpretação da lei estrangeira	17
1.5.5 Fluxograma sobre a aplicação da lei estrangeira pelo juiz brasileiro.....	18
1.6 As Convenções internacionais sobre direito de família.....	18
2. PRINCÍPIOS REGENTES DO DIREITO DE FAMÍLIA INTERNACIONAL.....	21
2.1 Princípios do direito de família brasileiro	21
2.1.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	21
2.1.2 Princípio da pluralidade das entidades familiares	22
2.1.3 Princípio da solidariedade	24
2.1.4 Princípio da afetividade	25
2.1.5 Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	27
2.1.6 Princípio da igualdade substancial entre os filhos	28
2.1.7 Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental	29
2.1.8 Princípio da facilitação da dissolução do casamento	31

2.1.9	Princípio da convivência familiar e comunitária	32
2.1.10	Princípio da proteção integral e do melhor interesse da criança, adolescente, jovem, da pessoa idosa e da pessoa incapaz	33
2.2.	Princípios do direito internacional privado	34
2.2.1	Princípio da proximidade	34
2.2.2	Princípio da autonomia da vontade.....	35
2.2.3	Princípio da proteção.....	36
2.2.4	Princípio da lei mais favorável.....	36
2.3	Princípios do direito processual internacional	37
2.3.1	Princípio do acesso transnacional à justiça	37
2.3.2	Princípio da cooperação jurídica internacional e da “ <i>in dubio pro cooperationis</i> ”	38
2.3.3	Princípio da mobilidade e reconhecimento mútuo de decisões estrangeiras	39
2.3.4	Princípio da jurisdição razoável.....	40
2.3.5	Princípio da efetividade	41
2.3.6	Princípio da submissão.....	42
2.3.7	Princípio do tratamento equitativo entre os litigantes (nacionais e estrangeiros)	42
3.	O CASAMENTO NO DIREITO DE FAMÍLIA INTERNACIONAL	43
3.1	O casamento celebrado no Brasil	44
3.1.1	O casamento como um ato complexo para o direito de família e para o direito internacional privado.....	44
3.1.2	Quem pode se casar no Brasil.....	45
3.1.3	A lei aplicável ao casamento celebrado no Brasil.....	45
3.1.3.1	A lei brasileira e a capacidade das partes para se casar	46
3.1.3.1.1	Idade núbil	46
3.1.3.1.2	Incapacidade reconhecida judicialmente: pessoa curatelada.....	46
3.1.3.2	A lei brasileira e os impedimentos para o casamento.....	47
3.1.4	Os requisitos para o casamento celebrado no Brasil	50
3.1.4.1	Habilitação para o casamento.....	50
3.1.4.1.1	Habilitação para o casamento no Brasil, de pessoa divorciada no exterior: comprovação do divórcio ocorrido no exterior.....	50
3.1.4.1.1.1	Pessoas divorciadas no estrangeiro, de casamento originário celebrado no Brasil	50

3.1.4.1.1.2	Pessoas divorciadas no estrangeiro, de casamento originário celebrado no exterior, sem registro no Brasil.....	52
3.1.4.1.2	Habilitação para o casamento no Brasil, de pessoa domiciliada no exterior: o local de publicação dos editais	53
3.1.4.2	Celebração do casamento.....	54
3.1.4.2.1	A exigência do casamento civil no Brasil.....	55
3.1.4.3	Registro do casamento.....	55
3.1.5	Casamento celebrado no Brasil perante autoridade consular estrangeira	56
3.1.6	Quadro sinóptico do regramento do casamento celebrado no Brasil.....	56
3.2	O casamento celebrado no exterior.....	57
3.2.1	Lei aplicável ao casamento celebrado no exterior	57
3.2.2	O registro no Brasil do casamento celebrado no exterior	57
3.2.3	Casamento celebrado no exterior perante autoridade consular brasileira	59
3.3	Efeitos do casamento em famílias transnacionais	61
3.3.1	Efeitos pessoais.....	61
3.3.1.1	Estabelecimento do domicílio conjugal	61
3.3.1.1.1	Domicílio conjugal de casais que moram em países distintos: relacionamentos LAT (<i>living apart together</i>).....	63
3.3.1.2	Vênia conjugal.....	66
3.3.1.3	Direito ao nome de família	67
3.3.1.4	Não expulsão de estrangeiro.....	68
3.3.2	Efeitos patrimoniais: regime de bens	69
3.3.2.1	A Lei aplicável ao regime de bens do casamento	69
3.3.2.2	Derrogação do art. 7º, § 7º, da LINDB	69
3.3.2.3	A mutabilidade do regime de bens	70
3.3.2.4	Menção do regime de bens na transcrição no Brasil de casamento celebrado no exterior	71
3.3.2.5	Regime convencional de bens: os pactos antenupciais.....	72
3.3.2.6	Separação obrigatória de bens como o regime legal supletivo estrangeiro e a comunicação de bens no Brasil	74
3.3.2.7	Prévia autorização do INCRA para aquisição de bens imóveis rurais por estrangeiros e por brasileiros casados com estrangeiros quanto aos bens comuns.....	75
3.4	Dissolução do casamento	76
3.4.1	Aspectos gerais	76
3.4.2	Divórcio com partilha de bens situados no Brasil	78

3.4.2.1	A partilha de bens situados no Brasil e a jurisdição exclusiva da autoridade brasileira	78
3.4.2.2	Divórcio litigioso com partilha de bens localizados no Brasil: não homologabilidade de decisão estrangeira e a análise das bases indiretas de jurisdição	80
3.4.2.3	Divórcio consensual com partilha de bens localizados no Brasil: possível homologabilidade da sentença estrangeira pelo STJ.....	81
3.4.2.4	A partilha de bens móveis situados no Brasil: possível homologabilidade da sentença estrangeira pelo STJ	83
3.4.2.5	A jurisdição exclusiva e os bens excluídos da comunhão	83
3.4.3	O “divórcio por repúdio” (“ <i>talak divorce</i> ”).....	84
4. A GUARDA INTERNACIONAL DE CRIANÇAS.....		89
4.1	O instituto da guarda no direito brasileiro	89
4.2	A importância da qualificação da relação jurídica no contexto da guarda internacional	91
4.3	A lei aplicável ao poder familiar e à guarda internacional	93
4.4	Flexibilização da rigidez da regra de conexão e o princípio da proximidade	93
4.5	Medidas urgentes e a criança temporariamente localizada no território brasileiro .	94
4.6	A escolha fraudulenta da lei aplicável e o <i>forum shopping</i>	95
4.7	A jurisdição internacional (“competência internacional”) no caso de guarda internacional de crianças	95
4.8	Acordo estrangeiro que envolva cláusulas com conteúdo “ <i>rebus sic stantibus</i> ”: guarda e convivência	96
4.9	Concomitância da ação de guarda de filhos e ação de homologação de decisão estrangeira: a regra e a exceção	98
4.10	Autorização de viagem de criança ou adolescente	100
4.10.1	Viagem para dentro do território brasileiro	100
4.10.2	Viagem para o exterior	101
4.10.3	Autorização Eletrônica de Viagem (AEV)	104
4.11	Autorização de residência de criança no exterior	105
5. A SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS.....		107
5.1	A Convenção sobre aspectos civis da subtração internacional de crianças	107
5.2	A residência habitual e dilemas associados (<i>forum shopping</i> e <i>re-abduction</i>)	114
5.3	Exceções ao retorno da criança ao país de origem.....	117
5.4	A definição da restituição e a jurisdição internacional	119

5.5	O papel das autoridades centrais: funções e estímulo à mediação.....	121
5.6	A lei aplicável no caso de subtração internacional de crianças	126
5.7	O procedimento brasileiro para a aplicação da Convenção da Haia Sobre Subtração Internacional de Crianças	129
5.7.1	O início do procedimento e suas duas hipóteses: por meio da autoridade central ou por propositura de ação direta no local da retenção ilícita da criança	129
5.7.2	Providências preliminares e admissão/rejeição do pedido pela autoridade central	131
5.7.3	As medidas provisórias: de urgência e da evidência.....	131
5.7.4	Da tentativa de resolução consensual do conflito.....	134
5.7.5	A ação de busca e apreensão internacional de crianças e a competência da Justiça Federal.....	135
5.7.6	Das partes, dos interessados e da assistência litisconsorcial.....	136
5.7.7	Petição inicial	138
5.7.8	Da contestação	139
5.7.9	Do despacho inicial e das providências seguintes.....	140
5.7.10	A produção de provas e a prova pericial: hipóteses de exceção à restituição e análise de alienação parental	141
5.7.11	Da sentença, dos recursos e da execução da ordem de retorno	143
5.8	A subtração internacional institucional	144
6.	ALIMENTOS INTERNACIONAIS	147
6.1	Convenções internacionais sobre alimentos	147
6.2	A Convenção de Nova York sobre Prestação de Alimentos no Estrangeiro	149
6.2.1	Procedimento da Convenção de Nova York.....	150
6.2.2	Cooperação jurídica internacional ativa e passiva.....	152
6.2.3	Cartas rogatórias	152
6.2.4	Medidas de caráter executório e os alimentos provisórios	153
6.2.5	Competência	154
6.2.6	Transferência de fundos entre países.....	155
6.2.7	Dificuldades.....	155
6.3	A Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar	156
6.3.1	Primeiro objeto: lei aplicável.....	158
6.3.2	Segundo objeto: jurisdição internacional (“competência” internacional)	158
6.3.3	Terceiro objeto: cooperação internacional	160

6.3.3.1	Inaplicabilidade do mecanismo de cooperação previsto na Convenção Interamericana	160
6.3.3.2	A cooperação internacional instituída pela Convenção Interamericana.....	161
6.4	A Convenção da Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e outros membros da família.....	163
6.4.1	Objeto e âmbito de aplicação.....	163
6.4.2	Autoridades centrais	164
6.4.3	Comunicação, proteção de dados e sigilo	165
6.4.4	Pedidos disponíveis.....	165
6.4.5	O procedimento previsto na Convenção da Haia de 2007	167
6.4.6	Restrição quanto à jurisdição internacional (“competência internacional”).	169
6.4.7	Requisitos para reconhecimento e execução de decisões	169
6.4.8	O pedido de reconhecimento e execução	171
6.4.9	O pedido de reconhecimento de acordos em matéria de alimentos	172
6.4.10	O pedido de execução pelo Estado Requerido	173
6.4.11	Acionamento direto da autoridade competente estrangeira, sem a intermediação da autoridade central.....	174
6.4.12	Traduções e legalizações	174
6.4.13	Regras de complementaridade da Convenção da Haia com outros instrumentos normativos internacionais.....	175
6.5	O Protocolo sobre a lei aplicável às obrigações de prestar alimentos.....	176
6.5.1	A lei aplicável em matéria de alimentos internacionais	176
6.5.2	A escolha da lei aplicável pelo credor e devedor de alimentos.....	178
6.6	Quadro sumarizado da cooperação jurídica internacional nas Convenções Internacionais sobre alimentos.....	179
7.	ADOÇÃO INTERNACIONAL	181
7.1	A Convenção da Haia Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional.....	181
7.1.1	Autoridades centrais	182
7.1.2	Os organismos credenciados	183
7.1.3	Requisitos gerais	183
7.1.4	Procedimento para a Adoção Internacional.....	184
7.1.5	Reconhecimento da adoção pelos outros Estados contratantes da Convenção	186
7.1.6	Saída da criança do Estado de origem.....	186
7.1.7	Direito à origem biológica.....	187

PARTE 2
DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL

1. O DIREITO DE ACESSO TRANSNACIONAL À JUSTIÇA.....	191
1.1 O acesso à justiça	191
1.2 O acesso transnacional à justiça e o papel criativo da jurisdição	195
1.3 O acesso transnacional à justiça e a ampliação do conceito de soberania	200
1.4 O direito de acesso transnacional à justiça e o direito de obtenção do tratamento do conflito pelo meio mais adequado	204
2. A COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	209
2.1 Noções gerais e conceito de cooperação jurídica internacional.....	209
2.2 A cooperação e seus vários sentidos no CPC/15: cooperação como princípio, como modelo e suas correlações com a cooperação jurídica internacional	213
2.2.1 A cooperação como norma fundamental: modelo e princípio.....	214
2.2.1.1 A cooperação como modelo	214
2.2.1.2 A cooperação como princípio	217
2.2.2 A cooperação e o princípio da eficiência	219
2.2.3 A cooperação como modelo e princípio: vetor fundante da cooperação jurídica internacional	221
2.3 A cooperação jurídica internacional e a busca pela harmonização normativa.....	224
2.4 A cooperação jurídica internacional e o dilema da reciprocidade.....	226
2.5 Especificidades da cooperação jurídica internacional	227
2.6 O objeto da cooperação jurídica internacional	228
2.6.1 Citação, intimação e notificação judicial ou extrajudicial.....	228
2.6.2 Colheita de provas e obtenção de informações.....	230
2.6.3 Homologação e cumprimento de decisão, concessão de medida judicial de urgência	231
2.6.4 Assistência jurídica internacional	231
2.7 Modalidades de cooperação jurídica internacional	232
2.7.1 Carta rogatória.....	232
2.7.1.1 O procedimento judicial para a concessão do <i>exequatur</i> às cartas rogatórias.....	234
2.7.1.2 A devolução de carta rogatória que não enseje juízo deliberatório do STJ: adaptação ao auxílio direto	235
2.7.2 Auxílio direto.....	236

2.7.2.1	Auxílio direto como meio de operacionalização da mediação transfronteiriça	236
2.7.3	A ação de homologação de sentença estrangeira	238
2.7.3.1	Noções gerais da ação de homologação de decisão estrangeira	239
2.7.3.2	Os elementos da demanda na ação de homologação de decisão estrangeira	241
2.7.3.3	Da homologação parcial da decisão estrangeira	247
2.7.3.4	A sentença de improcedência na ação de homologação de sentença estrangeira e a coisa julgada	248

PARTE 3

A MEDIAÇÃO INTERNACIONAL FAMILIAR E OS ACORDOS PRIVADOS E JUDICIAIS

1.	MÉTODOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRANSNACIONAIS DE FAMÍLIA	257
1.1	Métodos alternativos ou adequados?	257
1.2	Os métodos autocompositivos de tratamento de conflitos: a negociação, o direito colaborativo, o direito cooperativo, a convenção de procedimento participativo, a justiça restaurativa, a conciliação e a mediação	258
1.3	Métodos heterocompositivos de tratamento de conflitos: a arbitragem e os seus tipos híbridos	261
2.	MEDIAÇÃO FAMILIAR INTERNACIONAL	263
2.1	A mediação no cenário nacional e internacional	263
2.1.1	O avanço da mediação no cenário internacional	263
2.1.2	O avanço da mediação no cenário nacional	265
2.2	Características e conceito de mediação	267
2.3	Diferença entre mediação nacional e internacional	272
2.4	Um paralelo entre a mediação e a conciliação	273
2.5	Princípios regentes da mediação	274
2.6	A Mediação nas Convenções da Haia sobre Direito de Família	278
2.6.1	O Guia de Boas Práticas sobre mediação internacional da Convenção sobre Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Crianças	278
2.6.2	Aplicação do Guia de Boas Práticas para todas as Convenções da Haia sobre direito de família	281
2.6.3	A operacionalização da mediação familiar internacional	283

2.6.3.1	Acesso à mediação familiar internacional e seus reflexos processuais	283
2.6.3.2	Prazos/procedimento célere.....	287
2.6.3.3	Avaliação da adequação da mediação.....	288
2.6.3.4	Local, participantes e custos da mediação familiar internacional ...	291
2.6.3.5	A oitiva da criança na mediação familiar internacional	295
2.6.3.6	Desafios específicos.....	297
2.6.3.7	Prioridade das questões urgentes durante a mediação familiar internacional: o restabelecimento do contato da criança com o progenitor cujo direito de guarda foi violado e medidas visando à prevenção de um novo rapto	300
2.6.3.8	Modelos e métodos de mediação familiar internacional	301
2.6.3.8.1	Mediação direta ou indireta.....	301
2.6.3.8.2	Mediação singular ou comediação.....	302
2.6.3.8.3	Mediação bicultural, bilíngue, mista e biprofissional/interdisciplinar	302

3.	A MOBILIDADE INTERNACIONAL DE ACORDOS ESTRANGEIROS REALIZADOS NO ÂMBITO DA MEDIAÇÃO FAMILIAR INTERNACIONAL.....	305
3.1.	Reflexões sobre a mobilidade internacional de acordos de mediação.....	305
3.2	O conteúdo da mediação	306
3.2.1	Os direitos disponíveis, os indisponíveis e os indisponíveis que admitem autocomposição.....	306
3.2.2	Os “acordos-pacote” e os limites da autonomia da vontade na subtração internacional de crianças	308
3.3.	O acordo de mediação extrajudicial (os acordos privados).....	311
3.3.1	Natureza de negócio jurídico.....	311
3.3.2	Pode ser um título executivo estrangeiro.....	312
3.3.3	A forma essencial para os acordos estrangeiros de mediação e distinção entre direitos disponíveis e indisponíveis	314
3.4	O acordo de mediação homologado (decisão judicial homologatória)	316
3.4.1	A exequibilidade dos acordos firmados em sede de mediação familiar transfronteiriça	316
3.4.1.1	A mediação caminha lado a lado com a judicialização nos casos de subtração internacional de crianças: a homologação interna e externa	316
3.4.1.2	Da necessidade de homologação do acordo pelo poder judiciário nacional: a homologação interna	319

3.4.1.3	Da ação de homologação de decisão estrangeira: a homologação externa	323
3.4.1.3.1.	Homologação de decisão estrangeira e a extensão dos efeitos para abranger o acordo de mediação	328
3.5	Aplicação da Convenção de Singapura sobre Mediação Comercial na mediação familiar como uma norma narrativa.....	330
3.5.1	Exequibilidade dos acordos emanados da Convenção de Singapura sobre Mediação Comercial no Brasil: muitas dúvidas e algumas possíveis conclusões preliminares.....	333
	REFERÊNCIAS.....	339